



PROJETO BÁSICO Nº 71/2024

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização de curso e/ou capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, com conteúdos voltados às atividades exercidas por agentes públicos do Poder Legislativo municipal rio-branquense, com a consequente concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas destinadas à participação no evento.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO

A contratação de empresa especializada na realização de treinamentos de capacitação para agentes públicos que exercem suas atribuições no Poder Legislativo municipal riobranquense, juntamente com a concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas para fins de deslocamento para o evento escolhido se faz necessária, porquanto esta é uma das formas de potencializar e aprimorar as atividades exercidas nesta Casa Legislativa.

Neste contexto, é importante destacar que a Câmara dos Vereadores é composta por representantes do povo, aos quais cabem as funções de legislar, fiscalizar, julgar e assessorar o Poder Executivo. O exercício de tais atribuições só pode ser bem feito caso essas pessoas sejam bem qualificadas, o que torna imperiosa a disponibilização de treinamentos aos agentes públicos envolvidos nas competências supracitadas e, por conseguinte a contratação objeto deste projeto básico.

Isso posto, entendemos que o curso 1210º Curso de Capacitação para vereadores, Prefeitos, Vice - Prefeitos, Secretários Municipais, Gestores, Assessores e Servidores Públicos -Informações legais do Poder Legislativo para Realização das Eleições Municipais, mostra pertinência com o exercício da vereança e com a atuação do requerente no Poder Legislativo Municipal.

3. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação direta objeto deste projeto básico fundamenta-se no disposto no artigo 74, caput, da Lei nº. 14.133/2021, por se tratar o caso de contratação em que há impossibilidade de aferição objetiva de critérios que viabilizariam uma competição, por ser seu objeto



singular, qual seja, a escolha de qual treinamento realizar, dentre tantos disponíveis no mercado, o que demanda uma opção subjetiva do administrador.

4. ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PALESTRANTE

A escolha de o Instituto Qualificar – Capacitação e Treinamento darem-se em razão dela atuar na área da gestão pública, realizando cursos de capacitação em todo Brasil. Trata-se de empresa que já prestou serviços para a Câmara Municipal de Rio Branco.

O curso a ser adquirido, por sua vez, terá como professores/palestrantes Dr. Clecio Mucio Drumonte, Dra Insânia Maria Alves, Dr. Antonio Fontenelle e Prof. Reginaldo de Almeida Lima Silva. Dra. Isânia Maria Alves Silva, Economista, Pedagoga, Especialista em Gestão Hospitalar de Sistema e Serviço de Saúde, Diretora Geral e de Ensino de Transito; Prof. Reginaldo de Almeida Lima, Economista, pós - graduado em Gestão Pública e Previdenciária pela Escola do Governo do estado de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, Graduado em Direito pela PUC - Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Graduado em ciências do estado e Governança Social pela UFMG; Dr. Antônio Fontenelle, Advogado, Professor Universitário, Especialista em Direito Público pela Universidade federal do Ceará; Dr. Clésio Múcio Drumond, advogado, Pós Graduado em Direito Público, Doutorado em Ciências Jurídicas Sociais, autor dos livros Eleições 2004, Eleições 2008 e Eleições Municipais - A Legislação passo a passo ano 2012 e 2016 2ª edição, de acordo com folder anexado ao pedido p.04.

5. JUSTIFICATIVA DO PRECO

O valor cobrado pelo curso <u>Informações legais do Poder Legislativo para Realização das Eleições Municipais</u>, R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais), é aquele usualmente cobrado pela empresa Instituto Qualificar – Capacitação e Treinamento para eventos dessa natureza, conforme demonstra o quadro abaixo.





Curso: 1211º Curso de

Capacitação para

Vereadores, Prefeitos, Vice -

Prefeitos, Secretários

Municipais, Gestores,

assessores e Servidores

Públicos. "Eleições 2024-

Calendário Eleitoral e a

Gestão do Município.

Órgão: Qualificar -

Capacitação e Treinamento.

Local: São Paulo- SP

Data: 11 a 15 de junho de

2024.

Carga horária: 15 horas

Professores envolvidos: 01

Valor do investimento:

R\$990.00.

Curso: 1212º Curso de

Capacitação para Vereadores,

Prefeitos, Vice - Prefeitos,

Secretários Municipais,

Gestores, assessores e

Servidores Públicos. "Eleições

2024Calendario Eleitoral e a

Gestão do Município

Órgão: Qualificar -

Capacitação e Treinamento.

Local: São Luiz - MA

Data: 18 a 22 de junho de

2024.

Carga horária: 15 horas

Professores envolvidos: 01

Valor do investimento:

R\$990,00.

Curso: 1213º Curso de

Capacitação para Vereadores,

Prefeitos, Vice - Prefeitos,

Secretários Municipais,

Gestores, assessores e

Servidores Públicos. "Eleições

2024Calendario Eleitoral e a

Gestão do Município .

Órgão: Qualificar -

Capacitação e Treinamento.

Local: Brasilia - DF

Data: 18 a 22 de junho de

2024.

Carga horária: 15 horas

Professores envolvidos: 01

Valor do investimento: 01

Valor do investimento:

R\$990,00.

6. EXECUÇÃO DO CURSO

O curso 1212º Curso de Capacitação para Vereadores, Prefeitos, Vice - Prefeitos, Secretários Municipais, Gestores, Assessores e Servidores Públicos. "<u>Informações legais do Poder Legislativo para Realização das Eleições Municipais</u>", tem a carga horária de 15 (quinze) horas a serem cumpridas em 05 dias, conforme programação abaixo relacionada, extraída do folder de inscrição de p.03.

1º dia - 04/06/2024 - terça - feira - às 17h

Inscrição e entrega do material de participação;

2° dia - 05/06/2024 - quarta- feira - 09h às 14h

- Histórico das Eleições Municipais;
- o Poder Legislativo;

Consultoria Individual:

3° dia - 06/06/2024 - quinta-feira - 09h às 14h





- Autonomia do Município;
- Numero de Vereadores:
- -Consultoria Individual:
- 4° dia 07/06/2024 sexta feira 09 às 14h
- Prazo para Fixação do Numero de Vereadores;
- Subsídios dos Prefeitos, vice -prefeitos;
- -Consultoria Individual:
- 5° dia 22/06/2024 sábado 09h às 12h
- Integração de Projetos;
- -Encerramento com entrega de certificados de participação.

7. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para prosseguimento da contração, o fornecedor deve apresentar os documentos de habilitação, conforme preceitua o art. 33, parágrafo único, inciso III, do Ato da Mesa Diretora nº 01 de 6 de março de 2023.

Nesse sentido, deve ser apresentada documentação relacionada à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e financeira, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.1 Habilitação jurídica:
- I cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- II inscrição ou registro do seu ato constitutivo, no caso de pessoa jurídica. A documentação deve estar atualizada.
- 7.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:
- I comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





 III – certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicilio ou sede do licitante;

 IV – certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - declaração de não emprego de menor idade (art. 7°, inciso XXXIII, da CF/88).

7.3 Habilitação técnica:

 I - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratuais.

7.4 Habilitação econômico-financeira

I - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7.5 Outros documentos

I- declaração de nepotismo;

II - declaração de que não está impedida de contratar com o poder público.

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da presente contratação, no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais), será efetuado à empresa Qualificar - Capacitação e Treinamento através de transferência bancária.

Frise-se ainda, nos termos do art. 95, II, da Lei nº. 14.133/2021, que autoriza a dispensa do termo contratual para a prestação de serviços de pronto pagamento, o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO 9. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

9.1 - O pagamento da <u>capacitação</u> ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601. 2001.0000 – Administração da Câmara Municipal de Rio Branco -AC.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1.01

9.2 - A aquisição de <u>passagens aéreas</u> ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601. 2001.0000 - Administração da Câmara Municipal de Rio Branco - AC, conforme Ata ARP - nº 002/2023 Pregão Presencial SRP nº 002/2023.

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com locomoção

Fonte de Recursos: 1.01

9.3 – O pagamento de <u>diárias</u> ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601. 2001.0000 – Administração da Câmara Municipal de Rio Branco -AC

Elemento de Despesa: 3.3.90.14.00.00.00 - Diárias - Civil

Fonte de Recursos: 1.01

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Executar os serviços conforme especificações de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- 10.2 Utilizar instrutores habilitados para ministrar o treinamento;
- 10.3 Responsabilizar-se pelo recebimento das notas de empenho e faturamento individualizado;
- 10.4 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma consignada no item 7 do presente projeto básico;
- 11.2 Conceder ao requerente, conforme Resolução Legislativa 05/2014, diárias destinadas a prover as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana no período do evento:
- 11.3 Disponibilizar passagens aéreas ao requerente para que este consiga se deslocar até o local do treinamento no período estritamente necessário à ida e à volta do evento.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores estabelecidos;
- 12.2 Multa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;
- 12.3 Multa de 5% (cinco por cento) do valor da nota de empenho, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços;
- 12.4 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 12.5 Declaração de idoneidade que impede o contratado de licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV e § 5°, da Lei nº 14.133/2021;
- 12.6 As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa;
- 12.7 A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO 13. DA EVENTUAL RESCISÃO.

A inexecução, total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão, nos termos do arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

14. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco – Acre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Projeto Básico e das Contratações deles decorrentes.

Rio Branco - AC, 14 de Maio de 2024.

Samara Leite Fonseca Gestora de Contrato

Portaria Nº 166/2024